

Cristine Gorski Severo
crisgorski@gmail.com

A diversidade linguística como questão de governo

Language diversity as a government issue

RESUMO - O artigo visa refletir a respeito do papel dos discursos e saberes sobre a diversidade linguística no âmbito da razão do Estado. Trata-se de averiguar a maneira pela qual, no Brasil, se tem, desde o período colonial até os dias atuais, uma ‘vontade de saber’ sobre a diversidade linguística operando no interior do dispositivo colonial e do governo estatal. Para tanto, discorre-se sobre o nascimento dos estados modernos a partir de sua racionalização na Europa e a relação desses estados com os domínios religiosos e científicos. Procede-se a uma análise panorâmica das práticas e dos discursos sobre a diversidade linguística em contexto brasileiro entre os séculos XVI e XXI. Argumenta-se, por fim, que a defesa da diversidade linguística não implica, necessariamente, a promoção da diversidade discursiva, ou seja, da diversificação de culturas, de formas de ser, de pensar e de agir no mundo.

Palavras-chave: diversidade linguística, racionalidade, governo, discurso.

ABSTRACT - The aim of this article is to critically discuss the role played by discourses and practices of language diversity in the framework of the ‘reason of the state’. This article investigates the way the ‘will to know’ about language diversity has worked in Brazil, from its colonial period until nowadays, related to the colonial device and the state government. In order to do so, we first present Michel Foucault’s conceptions of reason of state and of the birth of the modern states in Europe in relation to the religious and scientific domains. Then, a panoramic analysis of the discourses and practices of language diversity in the Brazilian context since the 16th century is offered. We argue that that the interest in linguistic diversity and its promotion does not mean that discursive diversity is also being promoted, since the existence of language diversity does not imply, necessarily, the existence and protection of a variety of cultures, ways of being, thinking and acting in the world.

Key words: language diversity, reason, government, discourse.

Introdução

Nota-se atualmente um amplo interesse estatal e oficial pela diversidade linguística. No contexto nacional, por exemplo, verificam-se iniciativas em busca do conhecimento, do registro e da preservação da diversidade linguística, lideradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura; entre tais iniciativas está a criação do *Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil* (2006), integrado por representantes de diferentes órgãos estatais e civis e cujo objetivo é “analisar a situação linguística do Brasil, estudar o quadro legal dentro do qual a questão se insere e propor estratégias para a criação de uma política patrimonial compatível com a diversidade linguística existente no Brasil” (Relatório de Atividades, 2006-2007). No âmbito internacional, tem-se a promulgação da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* em 1996, durante a realização da Conferência Mundial de Direitos Linguísticos em Barcelona, tendo sido apoiada, entre outros, pela UNESCO. No âmbito das mobilizações da sociedade civil em contexto nacional, pode-se mencionar a criação, em 1999, do *Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística* (IPOL), que se

volta para a elaboração de projetos em torno de questões de natureza político-linguística. Na esfera internacional, cita-se, no contexto digital, a *Rede Mundial para a Diversidade Linguística* (Maaya), uma associação sem fins lucrativos criada em 2005 e cuja iniciativa se originou na África – Academia Africana das Línguas –, tendo como objetivo principal incentivar a valorização da diversidade linguística no ciberespaço.

O presente trabalho visa problematizar esse interesse pela diversidade linguística, que se evidencia na proliferação discursiva sobre o assunto, em especial a partir das esferas estatais e oficiais. Trata-se de averiguar de que maneira a ‘vontade de saber’ (Foucault, 2003) sobre diversidade linguística, apoiada em um suporte e em distribuição institucionais que a legitimam, funciona no interior daquilo que Foucault chamou de razão do Estado, em que certa racionalidade gere a dinâmica estatal. Logo, toma-se como princípio que “a racionalidade política desenvolveu-se e impôs-se ao fio da história das sociedades ocidentais.” (Foucault, 2006, p. 385). Mais especificamente, este artigo pretende avaliar a maneira como os discursos e os saberes sobre a diversidade linguística operam no interior de uma dada racionalidade política, com certa finalidade de governo.

Para levar a cabo essa proposta, o presente trabalho apresentará reflexões a respeito das condições de emergência desses discursos e saberes sobre a diversidade linguística no século XVI, período correlato à formação dos estados modernos e em que surge “uma ciência do olhar, da observação, da verificação, uma certa filosofia natural inseparável, sem dúvida, do surgimento de novas estruturas políticas, inseparável também da ideologia religiosa” (Foucault, 2003, p. 24). A partir disso, toma-se como argumento central do artigo que a vontade de saber sobre a diversidade linguística funciona no interior de uma racionalidade Estatal e, portanto, como tática de governo. No período colonial brasileiro, essa vontade de saber foi legitimada tanto pelas missões religiosas como pela coroa portuguesa (período pombalino) e, a partir do século XIX, pela consolidação do cientificismo. Note-se que o iluminismo brotou no interior do absolutismo português, na gestão administrativa de Marquês de Pombal sob a regulação da coroa portuguesa. No contexto brasileiro, essa racionalização atuou tanto sobre as riquezas coloniais, como visou “padronizar a administração, a organização militar e o treinamento educacional” (Franco, 2007, p. 11).

O artigo se estrutura da seguinte maneira: apresenta-se, de início, uma breve exposição teórica sobre a formação dos estados modernos vinculada à razão do Estado e às táticas de governo, segundo as reflexões de Michel Foucault; na sequência, discorre-se, de forma panorâmica, a respeito da ‘vontade de saber’ sobre a diversidade linguística no Brasil desde o século XVI até os dias atuais. Finalmente, retoma-se a tese proposta de que a diversidade linguística foi e é tomada, a partir de instâncias legitimadoras diferentes, como alvo de uma razão de Estado e, por tabela, de táticas de governo.

Os Estados modernos e a ‘vontade de saber’ sobre a diversidade linguística

Os trabalhos históricos de Foucault apontam que a partir do século XVI¹ o Estado passou a se organizar em torno de uma certa racionalidade, configurando uma razão de Estado, uma arte de governo cuja finalidade

seria o seu fortalecimento, em detrimento da relação do príncipe com o Estado. Logo, a razão de Estado é vista como uma ‘arte’, em outras palavras, uma técnica que funciona segundo certas regras – sendo a natureza de tais regras de base racional ao invés de divina, natural ou humana – e que tem como finalidade a produção de verdade (Foucault, 2006; 2008). E essa razão do Estado se constitui pela elaboração de um saber que toma o Estado como algo a ser pensado, analisado, desejado, calculado e compreendido. O mercantilismo – com vistas ao enriquecimento do Estado – seria a forma rudimentar de racionalização do Estado, seguido de saberes mais elaborados, como a estatística (conhecimento dos recursos do Estado) e a economia (forma de gestão dos recursos).

E o bom funcionamento do Estado, a gestão apropriada dos indivíduos e da população e a manutenção das forças estatais seriam garantidos por dois dispositivos: um diplomático-militar, atuante na relação com outros Estados, e outro policial, atuante no interior das fronteiras do Estado (Foucault, 2008). Mais especificamente sobre o dispositivo policial com uma finalidade colonial, Foucault (1999, p. 30) afirma:

as pessoas enviadas para as colônias não recebiam um estatuto de proletário; serviam de quadros, de agentes de administração, de instrumentos de vigilância e de controle dos colonizados. E era sem dúvida para evitar que entre esses “pequenos brancos” e os colonizados se estabelecesse uma aliança [...].

Ou seja, tratava-se de, como estratégia colonizatória, manter uma cisão e uma hierarquia na colônia entre colonizados e colonizadores, sendo que, no país de origem, esses ditos colonizadores integrariam a plebe, um grupo social já marginalizado e assujeitado ao proletariado e, sobretudo, à burguesia. A identificação entre o colonizador plebeu e os colonizados da colônia poderia instaurar um movimento de resistência e de rompimento desses em relação ao proletariado e à burguesia europeus.² E o que teria garantido essa não identificação seria, segundo Foucault (1999) e Quijano (2000), o racismo. Curiosamente, no contexto colonial brasileiro,

¹ Esse período se caracteriza pela confluência de duas séries de acontecimentos correlatas à problemática do governo do Estado: por um lado, o surgimento de grandes Estados territoriais, administrativos e coloniais (superando o feudalismo) e, por outro, os movimentos de Reforma e Contrarreforma que colocavam em questão a forma de condução dos indivíduos (Foucault, 1999).

² Há que se considerar que a colonização se inscreveu no processo de formação dos Estados modernos, o qual inclui, entre outros aspectos, a instauração de um aparato de vigilância e controle social em uma sociedade estratificada em nobreza, burguesia, proletariado e plebe. Com isso, as colônias se tornaram locais de deportação de sujeitos “indesejáveis” no reino: “É perfeitamente claro que, desde o fim da Idade Média até o século XVIII, todas as leis contra os mendigos, os ociosos e os vagabundos, todos os órgãos de polícia destinados a expulsá-los os coagiam – e era esse o seu papel – a aceitar no próprio lugar onde viviam as condições extremamente más que lhes eram impostas [...] Eram estas pessoas “perigosas” que era preciso isolar (na prisão, no Hospital Geral, nas galés, nas colônias) para que não pudessem servir de ponta de lança aos movimentos de resistência popular. Esse medo era grande no século XVIII, foi maior ainda depois da Revolução e na ocasião de todas as agitações do século XIX” (Foucault, 1971/1999, p. 29). Além disso, no contexto colonial, aqueles que assumiam os postos de comando se filiavam fortemente aos padrões europeus burgueses: “la pequeña minoría blanca en el control de los Estados independientes y las sociedades coloniales no podía haber tenido, ni sentido, ningún interés social en común con los indios y negros y mestizos. [...] desde el punto de vista de los dominadores, sus intereses sociales estuvieron mucho más cerca de los intereses de sus pares europeos y en consecuencia estuvieron siempre inclinados a seguir los intereses de la burguesía europea.” (Quijano, 2000, p. 235).

a miscigenação como estratégia colonizatória da Coroa e da Igreja foi fortemente praticada no século XVI: “o casamento e o concubinato entre portugueses e índias, uma política da Coroa para os primórdios da colonização, foi crucial no processo de dominação portuguesa” (Oliveira, 2009, p. 187). Nesse caso, paradoxalmente, o racismo se dava pelo suposto apaziguamento das diferenças mediante a miscigenação, embora, para a Igreja Católica, se tratasse de uma repugnância à poligamia. Evidentemente, essa miscigenação não significou casamentos e alianças “amigáveis”, mas, em grande parte, foi fruto de violências e estupro de mulheres indígenas e, posteriormente, negras: “Um dos maiores símbolos da conquista foi a mulher indígena, sobre quem recaíram as mais violentas consequências da colonização [...]. Assim como o homem, sofreu com as imposições do varão europeu, mas ainda teve destruídos corpo, sexualidade, subjetividade” (Huzioka, 2010, p. 2).

O desenvolvimento da ciência do governo se deu, em grande parte, movido pela expansão demográfica do século XVII, com o surgimento da população como um alvo a ser gerido, e pelo aumento da produção agrícola. Tais fatos possibilitaram a ligação entre a ciência de governo, o problema da população e a centralização da economia política como a forma principal de saber da arte de governo. A população como alvo da razão do Estado implica que, ao ser objetivada, é transformada em objeto de saber. Com isso, a estatística passa a desempenhar um papel importante na constituição do saber sobre as populações por meio, por exemplo, do levantamento de taxas de nascimento e morte, de escolarização, de epidemias, de saúde e doença, etc. Esse gesto de produção de um saber sobre a população envolve também a apropriação dos indivíduos, tornados alvo de uma racionalidade que visa, ao mesmo tempo, gerir sua vida e garantir-lhe a segurança necessária. Assim, tem-se que

O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população (Foucault, 1999, p. 289).

A partir do final do século XVIII, o Estado administrativo, fundado em uma territorialidade e em certos regulamentos e disciplinas, teria se governamentalizado, ou seja, teria sido saturado e potencializado pelo surgimento de uma série de táticas de governo e de saberes – que incluem a pastoral cristã, as técnicas diplomático-militares e a polícia – com o papel de delimitar aquilo que seria do âmbito do Estado e da esfera pública. Sobre o poder pastoral, mais especificamente, Foucault vincula o seu surgimento à institucionalização da religião cristã na forma de Igreja com fins de gestão das almas e das condutas em nome da promessa de uma salvação:

[...] o poder pastoral [...] só se encarrega da alma dos indivíduos na medida em que essa condução das almas também implica uma intervenção, e uma intervenção permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas, mas também nos bens, nas riquezas, nas coisas. Ele diz respeito não apenas aos indivíduos, mas [também] à coletividade [...] (Foucault, 2008, p. 204).

O poder pastoral, como uma arte de governo dos indivíduos e da coletividade, passa a funcionar no interior do poder político a partir do século XVI, como constitutivo da emergência dos Estados modernos. Trata-se de um poder que opera pelo merecimento (salvação), pela obediência à lei ou à norma e pela produção de verdades, todos eles produzindo como efeito modos de individualização. Assim, “se de fato há nas sociedades ocidentais modernas uma relação entre religião e política, essa relação talvez não passe essencialmente pelo jogo entre Igreja e Estado, mas sim entre o pastorado e o governo” (Foucault, 2008, p. 253). Ou seja, a aproximação entre religião e política não se dá na esfera institucional, mas na forma de funcionamento do poder de governo/gestão dos outros.

Defende-se neste artigo que, a partir do século XVI, o interesse pela diversidade linguística funcionou como alvo de uma razão de Estado e de uma tática de governo, sendo que, especialmente no período colonial, a religião operava no interior dessa razão: “O dicionário se torna instrumento teológico” (Certeau, 1982, p. 223). Auroux (2009), ao dissertar sobre o fenômeno de gramatização das línguas europeias, explicita que, a partir do final do século XV, se tem uma intensa produção de conhecimentos formalizados (gramáticas e dicionários) em torno das línguas, não apenas europeias, mas também de outros continentes, como as línguas ameríndias: “No fim do século XVI pode-se estimar que o patrimônio espanhol, na América Latina, comporta 33 diferentes línguas; ao final do século XVII, perto de 96 línguas; e ao fim do XVIII, em torno de 158 línguas” (Auroux, 2009, p. 40). Com isso, Auroux diagnostica, embora não problematize, que o fato dessa gramatização intensa ter ocorrido na Europa, e em nenhum outro continente, pode ser visto como “um problema histórico e epistemológico de grande importância, ao qual não se consagrou um estudo profundo” (Auroux, 2009, p. 42).

Refletindo sobre tal interesse da Europa pelas línguas consideradas “exóticas”, defende-se que ele não é casual, mas se inscreve em uma “vontade de saber” sobre o outro – apoiada nos planos religioso e, posteriormente, científico – que caracteriza o que seria o “dispositivo colonial” (Lopes da Silva, 2006) operante no interior de uma racionalidade estatal que estava se constituindo na Europa do século XVI. Segundo Foucault (2008), a Europa desse período pode ser entendida em relação a certa divisão geográfica, não uniforme e nem homogênea, constituída de Estados relativamente autônomos que estabeleciam

relações de dominação e de colonização com o restante do mundo, visão que é ratificada no decorrer dos séculos XVI e XVII por vários tratados oficiais.

O dispositivo colonial não se restringe a ações planejadas do Estado, mas compreende “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1999, p. 244). No caso das reflexões aqui empreendidas, trata-se de pensar a gramatização, ou certa vontade de saber sobre a diversidade linguística, no interior desse dispositivo que, logicamente, é constituído por outros elementos variados e heterogêneos. O dispositivo colonial, como constitutivo da razão do Estado, abarcou, entre tantos objetos, as línguas como algo a ser mobilizado, destrinchado e sistematizado, segundo certos procedimentos de poder. A partir do século XVI, tais procedimentos implicavam a sistematização das línguas em termos estruturais (gramáticas) e lexicais (dicionários), tendo como finalidade tanto a sua descrição como a pedagogização, uma vez que as instruções religiosas e pedagógica estavam mutuamente implicadas (Daher, 1998). Além desses produtos linguísticos, citam-se também os catecismos, os vocabulários e as listas de palavras (Batista, 2005).

Cabe mencionar que a elaboração das gramáticas a partir do século XV se pautava em um método comparativo, em que os modelos das gramáticas greco-latinas eram tomados como chave de descrição e categorização das línguas europeias vernaculares e indígenas, embora, em algumas situações, comentários sobre a não aplicabilidade do modelo fossem feitos no decorrer das gramáticas. No caso das línguas indígenas, por exemplo, Anchieta teria feito menção à quantidade de vogais, alguns aspectos etimológicos e particularidades estruturais das línguas decodificadas (Batista, 2005). Tem-se, com isso, diferentes tipos de gramatização operando sobre a produção de saberes em torno das línguas “exóticas”. As gramatizações do período colonial e do século XIX se vinculam a instituições diferentes, religiosa e científica, respectivamente. Se, inicialmente, a questão da língua teria sido “colocada a propósito da evangelização” (Orlandi e Guimarães, 2001, p. 32), posteriormente, os autores das gramáticas não seriam mais os religiosos, mas professores, historiadores, jornalistas e escritores. Defende-se neste artigo que a ‘vontade de saber’ sobre a língua, seja no período colonial, seja a partir do século XIX, funcionou no interior de uma razão de Estado, estando essa razão prioritariamente associada, no período colonial, à esfera religiosa e, a partir do século XIX, a certo cientificismo. Nesse segundo caso, tem-se que a partir dos anos 1870 “teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social darwinismo [...] começam a se difundir [...] tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional” (Schwarcz, 2008, p. 28).

O contexto nacional e a ‘vontade de saber’ sobre a diversidade linguística: entre os séculos XVI e XVIII

No contexto colonial brasileiro, a vontade de saber sobre a diversidade linguística funcionou, entre os séculos XVI e XVIII, no interior das missões cristãs, cujas tarefas de cristianização e de lusitanização eram sobrepostas. Tais tarefas englobavam, por exemplo, a gramatização das línguas locais e o ensino da língua portuguesa. Tal sobreposição de funções foi oficialmente viabilizada pelo padrão português, um acordo entre a Igreja Católica e o reino de Portugal (séculos XVI-XIX) que concedia a gestão das igrejas aos monarcas, fundindo os papéis políticos e religiosos. Assim, cabia aos governantes a construção de igrejas e paróquias, a designação dos ministros dos cultos e a manutenção das missões jesuíticas entre os indígenas. A catequização e a lusitanização dos povos indígenas a partir de meados do século XVI ocorriam tanto por práticas de evangelização, com, por exemplo, a presença de intérpretes das línguas indígenas (os *linguas*) para a realização da confissão; como pela educação jesuítica, uma vez que as primeiras escolas agregavam filhos de colonos portugueses e de indígenas (Freyre, 2003; Lima, 2001). Note-se, ainda, que muitos missionários tomavam para si ambas as missões de evangelização e de aprendizagem/domínio da língua dos povos catequizados: “uma das competências essenciais do evangelizador é, segundo Manoel da Nóbrega, o domínio da língua, fruto da graça de que todo missionário é dotado” (Daher, 1998, p. 2), daí o papel importante conferido à gramatização no dispositivo colonial, em que as traduções, as sistematizações e domínio da língua indígena visavam, em última instância, à apropriação desses indivíduos pelo Estado português mediante a incorporação, no interior da língua indígena, de uma lógica católico-portuguesa: “a língua tupi deve inscrever-se na temporalidade da ordem da racionalidade do Império português, na homologia da língua portuguesa” (Daher, 1998, p. 4). Ou, então, na língua tupi se inscrevia o discurso do colonizador, como ilustra o verso ensinado pelos jesuítas e entoado pelos meninos indígenas: “*O Virgem Maria / Tupan ey été / Aba pe ara porá / Oicó endéyabê.*” A tradução: “Ó Virgem Maria, mãe de Deus verdadeira, os homens deste mundo estão bem convosco” (Freyre, 2003, p. 111).

Tem-se, com isso, a produção de dois efeitos (políticos) interligados: certa heterogeneização linguística possibilitada pela gramatização das línguas indígenas e a homogeneização discursiva instaurada pelas práticas de cristianização. Em outras palavras, em línguas diferentes, passa a ecoar um mesmo discurso: a colonização se dá pela homogeneização discursiva mediante uma vontade de saber sobre a diversidade linguística. Tem-se, então, a lusitanização e cristianização se materializando discursivamente na língua do colonizado. Nota-se, nesse caso,

que o uso da língua local não garante, por si mesmo, a conservação de identidades e culturas locais, aspecto que pode ser também problematizado em relação a certos discursos modernos oficiais³ que vinculam diretamente a preservação da cultura e da identidade de um dado povo ao registro e à conservação de línguas minoritárias ou étnicas. Assim, se a catequização em língua indígena nos revela que a (des)colonização funciona em um outro lugar, que é da ordem do discurso e não (apenas) da língua, em que medida, por exemplo, a promoção da diversidade linguística na contemporaneidade pelos discursos oficiais garante, por si só, a heterogeneidade discursiva e, por isso mesmo, cultural?

Para um breve histórico das produções linguísticas e literárias no Brasil do período colonial, pode-se mencionar: (i) a publicação de gramáticas do tupi antigo por José de Anchieta (1534-1597), que escreveu, entre outras obras, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1955; 1595), *Catecismo na língua brasileira, no qual se contém a summa da doutrina cristã* (1618), diversas cartas destinadas à coroa, além de textos literários (poemas e épico) sobre acontecimentos locais com interpretações teológicas (Daher, 1998); (ii) a redação, por Luís Figueira (1573-1643) da *Arte da língua brasileira* posteriormente denominada de *Arte de gramática da língua brasileira* (Fávero, 2001); (iii) a descrição da língua indígena quiriri por Luís Vincencio Mamiani (1652-1730); (iv) a sistematização da língua quimbundo, de origem angolana, por Pedro Dias (1621-1700) (Batista, 2005; 2011); e (v) a tradução para as línguas indígenas de um arsenal de textos católicos, como homilias, práticas espirituais diárias, evangelhos, doutrinas, biografias de santos e de Cristo, manual de sacramentos, orações, poemas e cantos religiosos; exemplificando, tem-se os catecismos traduzidos por Antônio Vieira para cinco línguas indígenas – língua Geral da Costa do Mar, língua dos Nheengabás, dos Bocas, dos Jurunas e dos Tapajós (Daher, 1998).

Interessante notar que essas gramáticas eram rotuladas como ‘arte’, similar aos discursos circulantes no século XVI sobre a ‘arte’ de governo. Tratava-se da produção de saberes com estatuto de verdade – sobre a língua ou sobre o Estado – mediante certas regras racionais, ao invés de divinas ou naturais. No âmbito escolar, desde o período medieval e inspirada no modelo latino, a gramática, juntamente com a retórica, poética, lógica, geometria, aritmética e astronomia foram tomadas como artes, sendo que: “a Gramática torna-se, durante a idade média monástica, a arte por excelência, aquela cuja importância sobreleva as demais” (Buescu, 1984 in Fávero,

2001, p. 62). Argumenta-se que essa importância atribuída à gramática se vinculava ao papel desempenhado pelos saberes sobre as línguas no interior de um aparelho de governo, em que o que estava em questão era a gestão dos indivíduos, dos povos e das culturas.

Além da produção de saberes pelos missionários, cabe mencionar também o papel de alguns viajantes europeus na produção de ilustrações e anotações sobre aspectos da cultura e de diálogos entre os indígenas (Oliveira e Freire, 2006), entre os quais: André de Thevet (1502-1590); Pero de Magalhães Gandavo (1540-1580), que escreveu o *Tratado da Terra do Brasil* (1576); Hans Staden (1525-1579), que redigiu *Dois viagens ao Brasil* (1557); e Jean de Léry (1534-1611), que narrou a *História de uma viagem à terra do Brasil* (1578), tendo posteriormente inspirado Lévi-Strauss na produção de *Tristes trópicos*: “Léry partiu para o Brasil aos vinte e dois ou vinte e três anos; eu tinha vinte e seis quando parti para a mesma viagem. Léry esperou dezoito anos para escrever sua *Viagem*, eu esperei quinze para escrever *Tristes trópicos*” (Lévi-Strauss, 1994 in Lestringant, 2000, p. 87).

No contexto histórico dos setecentos, na busca pela homogeneização linguística inspirada por certo iluminismo que começa a adentrar o absolutismo português na era pombalina (Franco, 2007), importa ressaltar a criação de Academias Literárias e de diversos Diretórios, em especial o Diretório dos Índios (1757) promulgado por Marquês de Pombal e extinto em 1798, embora o cargo de polícia de Diretor dos Índios tivesse permanecido até meados do século XIX. A criação do Diretório integrou uma política de laicização do poder português pelo controle mais direto, por exemplo, da gestão dos grupos indígenas, implicando o confisco de suas terras, a promoção do português como língua oficial, a expulsão dos jesuítas, a transformação das aldeias em vilas (cuja administração passou para as mãos de um gestor em vez do jesuíta), a inserção do comércio e da agricultura como atividades econômicas para os indígenas, o casamento interétnico e a abertura das escolas à presença dos indígenas (Oliveira, 2009; Mariani, 2001). Mais especificamente sobre o interesse pelas crianças⁴ – seja em contexto escolar, seja em contexto religioso, embora ambos estejam interligados nesse período – é importante notar o papel do poder pastoral na gestão de suas condutas no interior de um aparelho de governo: “O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade [...] é esse o problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão do problema das condutas do século XVI” (Foucault, 2008, p. 310).

³ Exemplificando tais discursos, tem-se o plano de ação da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2002, p. 6) que propõe: “Salvaguardar o patrimônio linguístico da humanidade e apoiar a expressão, a criação e a difusão no maior número possível de línguas”.

⁴ Nas palavras de Freyre (2003, p. 109): “O processo civilizador dos jesuítas consistiu principalmente nesta inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande”.

A ‘vontade de saber’ sobre a diversidade linguística: do século XIX à contemporaneidade

O fim do sistema de padroado no século XIX – resultante de uma tensão entre a Igreja e a Monarquia (a constituição da república promulga a separação entre ambos) e da abertura dos portos brasileiros a navios estrangeiros, o que possibilitou a entrada no país de imigrantes protestantes – viabilizou certo descentramento do papel da Igreja Católica nos processos de cristianização: “O Brasil começou a desvendar um mundo mais amplo do que o estreitamente português e católico. Iniciou-se uma nova conquista colonial, aparentemente pacífica e liberal, a ‘conquista burguesa’ do Brasil” (Hoornaert, 1992 in Oliveira, 2008, p. 12). Assim, com a entrada das missões protestantes no Brasil, há uma ruptura final da aliança entre a lusitanização e a cristianização. Tal tensão se evidencia tanto pela oposição explícita da Igreja à monarquia (e à maçonaria), como por sua resistência ao republicanismo (Cavalcanti, 2001). A entrada massiva das missões protestantes no Brasil, especialmente no reinado de D. Pedro II (1825-1891), é paralela ao alastramento da ideologia iluminista, inscrita em sua proposta, e à expansão do capitalismo: “o século XIX as igrejas protestantes norte-americanas trazem para o Brasil uma fé jingoística, que aceita incondicionalmente as promessas do Iluminismo como interpretado pelos norte-americanos” (Cavalcanti, 2001, p. 64).

As missões protestantes gerenciavam escolas que incorporavam em seu currículo a educação evangélica. É o que se tem, por exemplo, com o trabalho do *Summer Institute of Linguistics* (SIL – Instituto Linguístico de Verão), “missão que havia se aliado ao indigenismo estatal latino-americano representado pelo Instituto Indigenista Interamericano. Graduados em universidades americanas, os integrantes do SIL apareciam como “cientistas” (isto é, linguistas) que em certas ocasiões ocultavam o lado missionário de sua atuação” (Oliveira e Freire, 2006, p. 147-148). Essa missão alcançou reconhecimento estatal nos anos 1960, em especial devido à mediação de intelectuais como Darcy Ribeiro, e nos anos de chumbo conseguiu se aliar à FUNAI, embora a atuação do tradutor bíblico tenha sido tomada, em alguns casos, como espionagem política. Outra missão de projeção foi a *New Tribes Mission* (Missão Novas Tribos), que, nos anos 1950, contava com a presença de aviões e de mais de 100 missionários em território nacional. Em diferentes estados brasileiros, desde o início do século XX, houve a inserção de missões evangélicas, por exemplo, em Mato Grosso do Sul, junto à etnia Kaiowá e, no Pará, junto à etnia Kayapó presente nas margens do rio Xingu. É importante notar, contudo, que, se, por um lado, o tipo de atuação das missões católicas oscilou entre dois polos – entre a submissão dos indígenas por uma prática pedagógica e a defesa e a proteção da

cultura local e dos direitos indígenas (em especial após a encíclica *Gaudium et Spes* e a criação no Brasil pela CNBB do Secretariado Nacional de Atividade Missionária) –, por outro lado, as missões protestantes mantiveram uma prática de aculturação dos povos indígenas (Oliveira e Freire, 2006).

Contudo, a porta de entrada das ideologias científicas não foi apenas a via religiosa-protestante. Nos oitocentos, a partir da vinda da família real ao Brasil se deu início à instauração de estabelecimentos culturais (por exemplo, imprensa, biblioteca, museu real, jardim botânico), instituições acadêmicas (escolas de Direito em São Paulo e em Recife) e instituições de pesquisa (Instituto Histórico e Geográfico, Instituto Manguinhos). Tem-se, com isso, a formação de um grupo intelectualizado que passou a integrar movimentos sociais. Muitos desses, embalados pelas ideologias do iluminismo, do darwinismo e do positivismo, defendiam as causas abolicionistas, republicanas e nacionalistas, além da separação da igreja do Estado. Tratava-se, para esses intelectuais, de “legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas” (Schwarcz, 2008, p. 26). Logicamente, o cientificismo não funcionou alheio às práticas de governo, mas as fundamentou e as legitimou. D. Pedro II pode ser tomado como o símbolo político da fusão entre a ciência e o governo: Como Luís XIV, o imperador afirmava reiteradamente “a sciencia sou eu” (Schwarcz, 2008).

Esse cientificismo, na forma do naturalismo e do darwinismo, também embalava os registros feitos por um amplo e diversificado grupo de viajantes e exploradores no Brasil do século XIX. Tais viajantes produziram relatos e ilustrações de tudo que observavam, experimentavam e ouviam. Tratava-se da produção de saberes segundo certas regras, cujo funcionamento geral se baseava em lançar “um olhar minucioso sobre as coisas e transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis” (Foucault, 1990, p. 179), sendo que “todo capítulo concernente a um animal qualquer deve[ria] ter os seguintes passos: nome, teoria, gênero, espécie, atributos” (Idem, p. 178). Esse olhar naturalista que destrincha, diseca, observa e registra possibilitou a produção de uma série de saberes sobre o Brasil por diferentes grupos de exploradores: Entre os naturalistas que registraram detalhadamente espécies botânicas e animais, estavam Saint-Hilaire, Carl Phillipp Von-Martius, Edward Pohl e Johann von Spix. Entre os militares, destacavam-se Leithold e Raugo. Dentre os especialistas da Coroa, estava o mineralogista Eschwege. Havia também viajantes das burguesias francesa e inglesa, entre eles John Luccock, Koster e Tollenare (Kury, 2001; Lahuerta, 2006).

Os objetos registrados pelos naturalistas agregaram uma série de anotações feitas sobre a vida cotidiana, as peculiaridades linguísticas do Brasil e a diversidade de falares e de sotaques. Destaca-se, a título de ilustração

da forma de registro e do interesse pela variabilidade linguística, a seguinte descrição avaliativa feita da língua portuguesa por Saint-Hilaire (1976, p. 138), em sua visita à cidade de São Paulo:

Ao invés de *vossemecê*, abreviação de *vossa mercê*, com que se designa a segunda pessoa, os camponeses paulistas dizem geralmente *mecê*. Sua pronúncia é surda e arrastada, e eles substituem o *ch* português por *ts*. Dizem, por exemplo, *matso* em lugar de *macho* e *atso* ao invés de *acho*.

Ainda no século XIX, a busca por uma nacionalidade se evidenciava em torno das questões de língua, em que se tinha como foco a relação entre diversidade e uniformidade, desta vez no interior da língua portuguesa. No âmbito da produção de uma literatura de cunho nacional, tem-se, por exemplo, os romances naturalistas (ou científicos) que eram atravessados, alguns deles, por teorias científicas deterministas e racistas. Além desses romances, há uma ampla produção literária que coloca em relevo a questão da identidade nacional vinculada a uma dada variedade linguística não portuguesa, a ‘língua brasileira’, como ilustram, entre outros escritos, os de Gonçalves Dias, José de Alencar, Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Cruz e Souza. Paralelamente a esses escritores e diferentemente deles, havia um grupo de gramáticos devotados à sistematização e à prescrição do português brasileiro segundo o modelo lusitano: “as gramáticas que se escreveram no século XIX e princípios do XX não refletem a língua que então se escrevia e falava, mas a de séculos idos” (Martins, 2008, p. 433). Essa divergência de opiniões sobre a relação entre diversidade e uniformidade linguística tomou forma na existência de famosas polêmicas, como aquela em torno da revisão ortográfica do Código Civil da República, envolvendo Rui Barbosa, em defesa da tradição clássica vs. seu ex-professor, o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro, a favor do vernáculo; e a de José de Alencar, a favor dos ‘brasileirismos’ vs. o normativismo de Gladstone Chaves de Melo (Pagotto, 1999; Martins, 2008). Tal gesto de incorporação de variedades e dialetos locais no texto literário se intensificou, como bandeira política, na semana de Arte Moderna de 1922, em que o *Manifesto Pau-Brasil* (1924), por Oswald de Andrade, já delineava o papel político da linguagem em relação à identidade nacional: “A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos”.

Por um lado, após os anos 1930, no âmbito político-estatal, tem-se um breve silenciamento da questão da diversidade linguística, que se evidencia, por exemplo, pelo acordo de unificação ortográfica de 1932 e a política de nacionalização do ensino e de silenciamento das línguas dos imigrantes durante o Estado Novo (1937-1945), conforme ilustra Dall’Alba (1986 in Oliveira, 2000, p. 4): “O estado de Santa Catarina, na gestão do governador e depois interventor Nereu Ramos montou campos de concentração, chamados eufemisticamente de

‘áreas de confinamento’, para descendentes de alemães que insistissem em falar sua língua”, além de tantas outras atitudes homogeneizantes em torno da língua. Por outro lado, na esfera intelectual-acadêmica, tem-se, cada vez mais, a produção de saberes sobre essa diversidade: *O Dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, foi publicado em 1920 e versava sobre as especificidades do português do interior paulista; Antenor Nascentes, por sua vez, escreveu *O Linguajar carioca* (1922); a *Língua do Nordeste* foi redigida por Mário Marroquim (1934); Pereira da Costa elaborou o *Vocabulário pernambucano* (1937); *Estudos de dialetologia portuguesa: a linguagem de Goiás* foi publicado em 1944, e em 1951 foi lançada *A linguagem popular da Bahia* por Édison Carneiro, só para mencionar alguns (Castilho, 1972).

Os anos 1920-1960 são também recheados de publicações, assinadas por Serafim da Silva Neto, Silveira Bueno e Mattoso Câmara, entre outros autores, sobre teoria linguística e história da língua portuguesa, todas elas, em maior ou menor proporção, advogando em prol dos estudos da diversidade/variabilidade linguística. Apesar de toda essa explosão discursiva em torno da diversidade linguística no Brasil desde os anos 1920, foi apenas em 1965, por uma decisão do Conselho Federal de Educação, que a Linguística passou a integrar efetivamente o currículo dos cursos de Letras.

Atualmente, nota-se que os discursos oficiais do Estado nos âmbitos educacionais e culturais tendem a focar, com maior ou menor intensidade, um olhar sobre a diversidade linguística. Exemplificando: a Constituição de 1988, ao promover o português como a língua oficial do país, também reconhece o direito de as comunidades indígenas utilizarem suas línguas no processo de aprendizagem; os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997) reconhecem as variedades dialetais e recomendam a sua abordagem em sala de aula; a Lei 10.436 de 2002 trata do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua e forma de comunicação; a Lei 11.161 de 2005 trata da oferta obrigatória de Espanhol para o Ensino Médio nas escolas; o Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011 postula, entre outros aspectos, que o ensino de português deve garantir ao aluno a compreensão da variação linguística e o convívio com a diversidade dialetal; por fim, uma rápida visualização da prova de Língua Portuguesa do ENEM de 2011 possibilita checar a importância da temática da variação linguística. No âmbito cultural, em 2007, na ocasião da audiência pública sobre a diversidade linguística, o IPHAN, em conjunto com o *Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas* (IPOL) e a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, apresentou uma proposta de metodologia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística; em 2008, o IPHAN lançou o edital de Inventário Nacional da Diversidade Linguística e Mapeamento Documental do

Patrimônio Imaterial, com foco em: línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de comunidade afro-brasileira, línguas crioulas e línguas de sinais.

Todos esses casos foram mencionados para ilustrar de que maneira, a partir do século XIX, a oscilação entre as perspectivas normativistas/homogeneizantes e heterogeneizantes da língua não impediu que a diversidade linguística se mantivesse como interesse de Estado. Aliás, a diversidade se manteve, desde o início, como condição de possibilidade para os discursos de uniformidade e homogeneidade linguística.

Conclusão

Não foi o objetivo deste artigo explorar minuciosamente os diversos discursos e saberes que se constituíram em torno da diversidade linguística no Brasil desde o período colonial. Pretendeu-se, sim, a partir de uma visão panorâmica sobre fatos e discursos em diferentes períodos históricos, argumentar a favor da seguinte tese: A diversidade linguística, e não apenas a sua homogeneização, funcionou no interior de uma razão de Estado – que incluiu relações com a Igreja e a ciência, em diferentes momentos – a partir do século XVI. Tem-se, com isso, que uma ‘vontade de saber’ sobre as línguas produziu como efeitos a produção ampla de saberes (dicionários, gramáticas, listas de palavras, etc.) sobre as línguas e as variedades linguísticas de forma a contribuir para o dispositivo colonial pela apropriação/gestão dos sujeitos mediante a gramatização de suas línguas. Se a religião, no período colonial, atuou a serviço de uma arte de governo; a ciência, especialmente a partir do século XIX, não foi diferente – basta observar a maneira como os discursos estatais sobre a língua mobilizaram os saberes científicos, em diferentes momentos, para apoiar seu projeto de governo. E a apropriação da Linguística como campo de saber pelos discursos de governo não é exceção.

Defende-se que o interesse pela diversidade linguística e a produção de saberes linguísticos não podem ser vistos como uma prática alheia e exterior ao dispositivo colonial, mas se inscrevem nesse mesmo dispositivo, uma vez que a uniformização pode se dar em um outro nível, que não o linguístico, mas o discursivo. Isso não significa, logicamente, que o empenho (estatal, acadêmico, da sociedade civil, etc.) pela identificação, pelo registro, pela publicização, pela oficialização e pela conservação das diferentes línguas não deva ser feito. Cabe, nesse empenho todo, apenas questionar até que ponto certos movimentos de diversificação linguística não são atravessados pela monologização discursiva própria do dispositivo colonial.

Referências

- ANDRADE, O.de. 1924. *O Manifesto Pau-Brasil*. Disponível em: <http://www.lumiarte.com/luardeoutono/oswald/manifpau.br.htm>. Acesso em: 10/12/2011.
- AUROUX, S. 2009. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas, Unicamp, 144 p.
- BATISTA, R.O. 2011. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *Revista D.E.L.T.A.* 21(1):121-147. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502005000100005&script=sci_arttext Acesso em: 02/12/2011.
- BATISTA, R.O. 2011. Uma história dos estudos sobre a linguagem no Brasil: gramáticas coloniais, diversidade linguística e processos histórico-sociais. *Todas as Letras*, 13(1):112-127.
- BRASIL. 1990. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto, Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 168 p.
- BRASIL. 1997. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, MEC/SEF, 126 p.
- BRASIL. 2010. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos*: PNLD 2011: Língua Portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 152 p.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 25 abril de 2002.
- BRASIL. Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino de língua espanhola. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 8 agosto de 2005.
- CASTILHOS, A. Rumos da dialetologia portuguesa. *ALFA*, 18/19, 1972-1973. p. 115-153. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3512/3285. Acesso em: 10/10/2011.
- CAVALCANTI, H.B. 2001. O projeto missionário protestante no Brasil do século 19: comparando a experiência presbiteriana e batista. *Revista de Estudos da Religião*, 4:61-93. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_cavalc.pdf. Acesso em: 01/12/2011.
- CERTEAU, M. de. 1982. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 315 p.
- DAHER, A. 1998. Escrita e conversão: a gramática tupi e os catecismos bilíngües no Brasil do século XVI. *Revista Brasileira de Educação*. 8:31-43.
- FÁVERO, L.L. 2001. Gramática é a arte. In: E. ORLANDI (Org.). *História das idéias linguísticas: construção do saber metalingüístico e a constituição da língua nacional*. Campinas e Cáceres, Pontes e Unemat, p. 89-100.
- FOUCAULT, M. 1990 [1966]. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 407 p.
- FOUCAULT, M. 2006 [1981]. “Omnes et singulatum”: uma crítica da razão política. In: M. MOTTA (Org.) *Estratégia, poder-saber*, vol IV, Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro, Forense, p. 355-385.
- FOUCAULT, M. 2003 [1970]. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1970/2003, 79 p.
- FOUCAULT, M. 1999 [1978a]. Governabilidade. In: M. FOUCAULT. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro, Graal, p. 277-293.
- FOUCAULT, M. 1999 [1978b]. Sobre a história da sexualidade. In: M. FOUCAULT. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro, Graal, p. 243-276.
- FOUCAULT, M. 2008 [1978c]. *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes, 572 p.
- FOUCAULT, M. 1999 [1971]. Sobre a justiça popular. In: M. FOUCAULT. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 39-68.
- FRANCO, S.A.P. 2007. Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal. *Revista de História e Estudos Culturais*, 4(4):1-14.
- FREYRE, G. 2003 [1933]. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo, Global, 365 p.
- HUZIOKA, L.L. 2010. Diálogos entre colonialidade e feminismo: para uma abordagem latino-americana. *Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos*. p. 1-10. Disponível em: fazendogenero.ufsc.br. Acesso em: 08/12/2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório de Atividades (2006-2007) do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/12/>

- grupo-de-trabalho-da-diversidade-linguistica-do-brasil-relatorio.pdf. Acesso em: 5 de março 2013.
- KURY, L. 2001. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde*. VIII (suplemento), p. 863-880.
- LAHUERTA, F.M. 2006. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. X(64):218. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-64.htm>. Acesso em: 09/12/2011.
- LESTRINGANT, F. 2000. De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: por uma arqueologia de *Tristes trópicos*. *Rev. Antropol.* 43(2):81-103. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7701200000200005. Acesso em: 02/12/2011.
- LIMA, M.C. de. 2001. *Breve história da Igreja no Brasil*. São Paulo: Loyola, 194 p.
- LOPES DA SILVA, F. 2006. Freyre & Foucault: *Casa-Grande & Senzala* como microfísica do poder. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. 3(3):1-20.
- MARIANI, B.S.C. 2001. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do marquês de pombal. In: E. ORLANDI, P (Org.). *História das ideias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres; Pontes; Unemat Editora, p. 99-124.
- MARTINS, N.S. 2008. Século XIX. In: S. SPINA (org.). *História da Língua Portuguesa*. Cotia, Ateliê Editorial, 584 p.
- OLIVEIRA, G.M. de. 2000. Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico. In: H.M. de M. MOURA; F. L. da SILVA (Org.). *O direito à fala? A questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis, Editora Insular, 128 p.
- OLIVEIRA, J.P. de ; FREIRE, C.A. da R. 2006. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 268 p.
- OLIVEIRA, M.A. de. 2008. Entre a coroa e a cruz: a igreja colonial sob a égide do padroado. *Mneme – Revista de Humanidades*. 9(24):1-14. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em: 01/12/2012.
- OLIVEIRA, M. de. 2009. Para a história social da língua portuguesa em São Paulo: séculos XVI-XVII. In: A.T. CASTILHO, *História do português paulista*. Campinas, Unicamp/Puclicações IEL, p. 185-208.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. 2001. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: E. ORLANDI (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e a constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres, Pontes/Unemat, p. 7-38.
- PAGOTTO, E. 1999. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas – instrumentos lingüísticos*. Campinas, Pontes, p. 49-68.
- QUIJANO, A. 2000. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. LANDER. *Colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. CLACSO-UNESCO, p. 201-245.
- SAINT-HILAIRE, A.1976. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte/Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 229 p.
- SCHWARCZ, L.M. 2008. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 287 p.
- UNESCO. 2002. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf. Acesso em: 10/12/2011.
- UNESCO. 1996. *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*. Disponível em: http://penclube.no.sapo.pt/pen_internacional/dudl.htm. Acesso em: 05/03/2013.

Submissão: 12/05/2012

Aceite: 25/02/2013

Cristine Gorski Severo

Universidade Federal de Santa Catarina

R. Eng. Agrônomo Andrey Cristian Ferreira, s/n, Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.